

METODOLOGIA PARA REVISÃO DE UM PMSB: ESTUDO DE CASO EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

Projeto: Plano Diretor Bacia Vacaria

Autor: Natalia Machado Rasador – nmrasador@ucs.br Colaboradores: Denise Peresin e Sofia Helena Zanella Carra

Orientadora: Vânia E. Schneider

INTRODUÇÃO

Lei Federal do Saneamento Básico nº 11.445 /2007



Art. 9, inciso I é definido a elaboração do Plano de Saneamento Básico (PMSB).

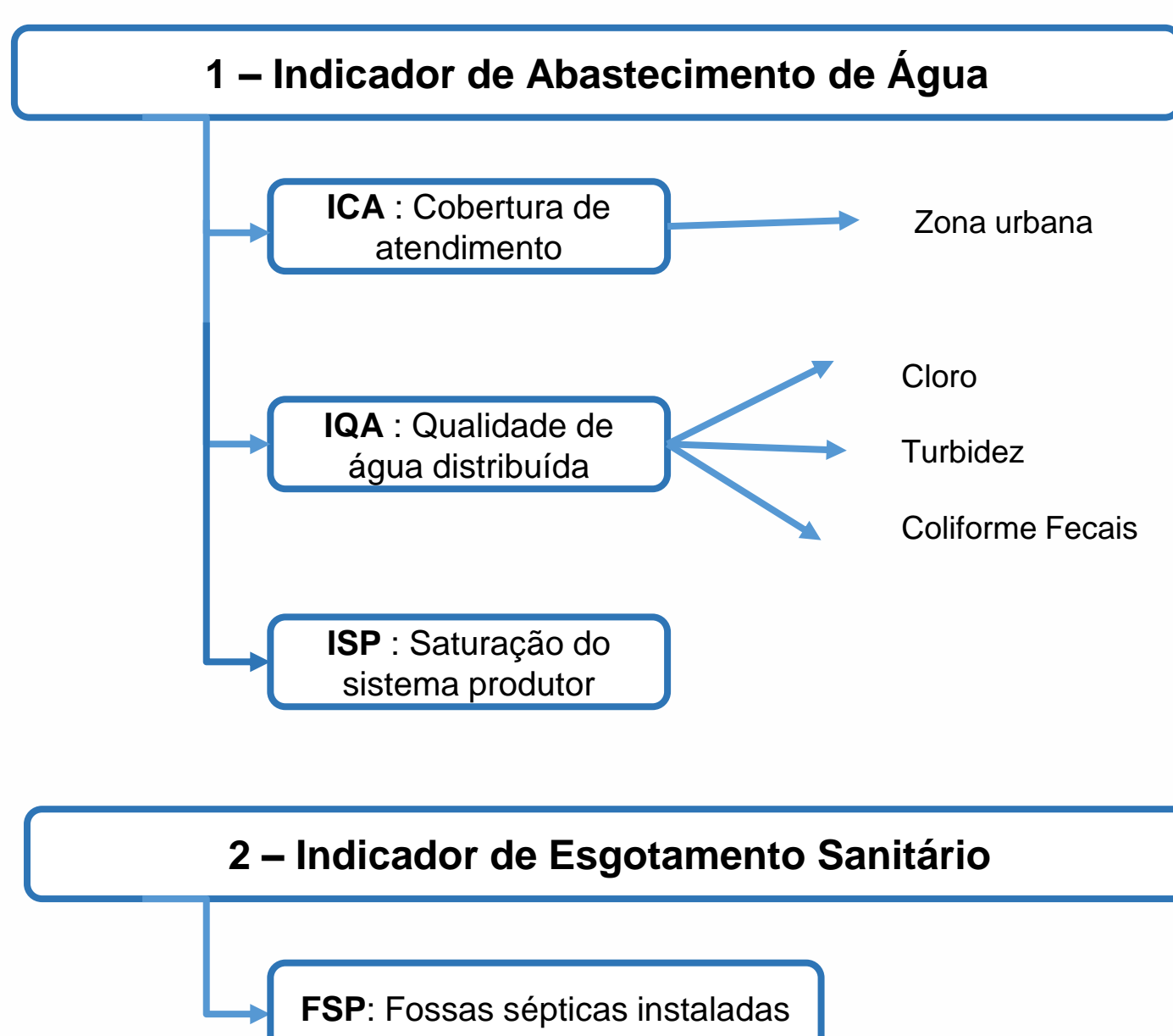
Art. 19, § 4º o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) deve ser revisado em prazo não superior a quatro anos.

OBJETIVO

Realizar uma auditoria sobre um PMSB, para revisão dos eixos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

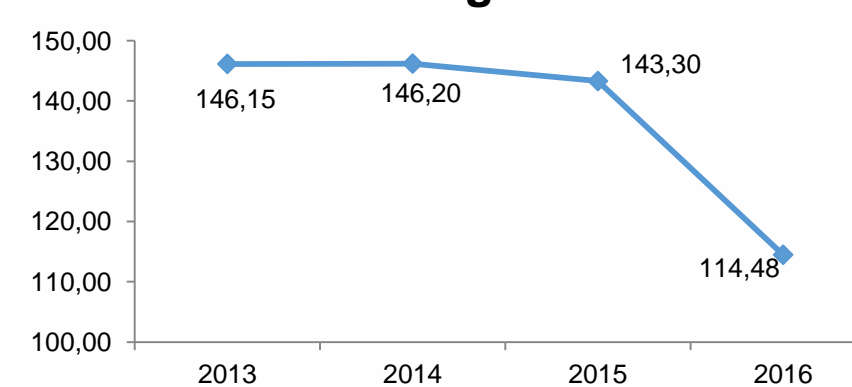
METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi de Daronco (2014), adaptada em função da disponibilidade de dados e analisada para os anos de 2013 a 2016, período de vigência do atual PMSB. Foram analisados os seguintes dados:



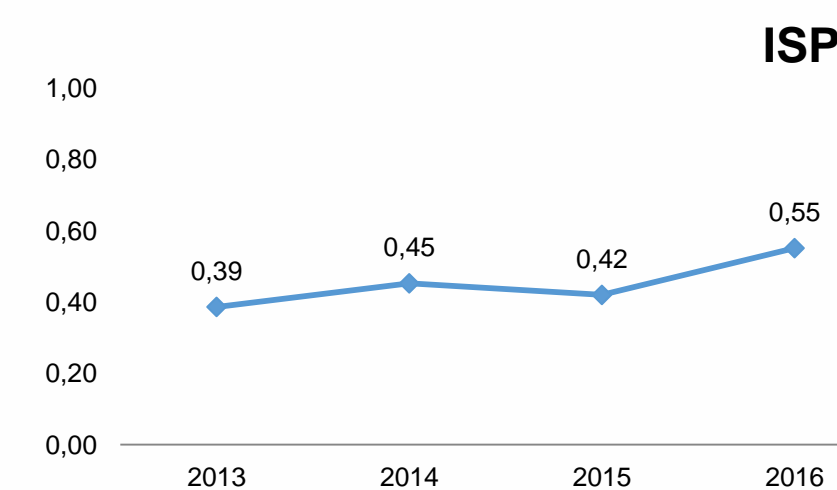
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Indicador de abastecimento de água

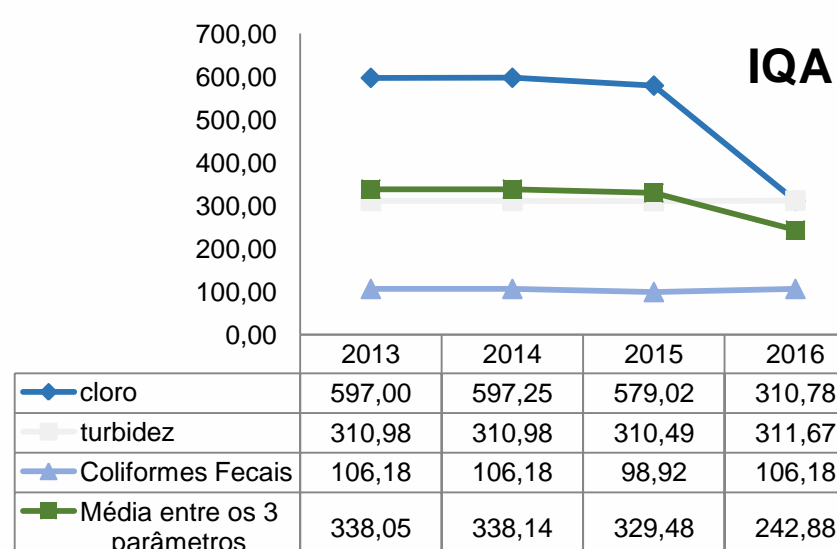


No ano de 2015, observa-se a redução do indicador.

O ICA obteve-se 100% para todos os anos.

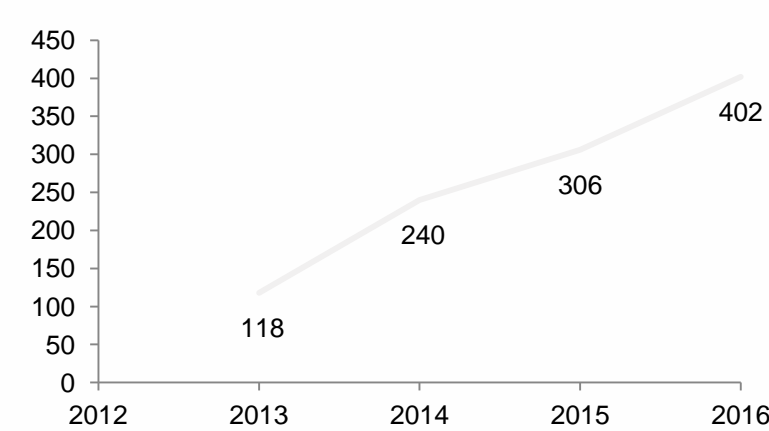


No ISP, considerando por não haver dados de capacidade de produção arbitrou-se um valor de 10% superior ao volume de produção atual. Verifica-se que a saturação do sistema é de aproximadamente 3 a 5 meses. O menor período foi para 2016, o que pode estar associado há redução da população total.

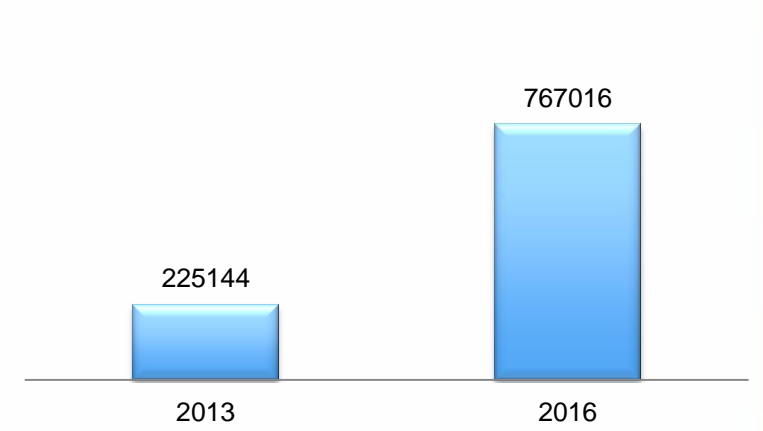


No IQA, para os três parâmetros analisados, observou-se uma diminuição do percentual da quantidade de amostras adequadas ao padrão de qualidade de 338,14% em 2013 para 242,88% em 2016.

Fossas



Volume tratado



No esgotamento Sanitário, foram consideradas as fossas sépticas instaladas, uma vez que o município não possui rede de coleta e estação de tratamento de esgoto. Estimou-se que em 2013 foram tratados 225.144 L e em 2016 foram tratados 767.026 L de esgoto doméstico. Observou-se melhora em decorrência do aumento do número de fossas sépticas instaladas.

CONCLUSÃO

A auditoria é uma ferramenta de suma importância para a revisão do PMSB, visto que este permite avaliar a implementação do que foi proposto pelo município, resultando na elaboração de um plano que contemple as demandas na área do saneamento a curto, médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº11.445 de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978 e dá outras providências.

DARONCO, Giuliano Craus. Proposição e Aplicação de Metodologia para avaliação e Auditoria de Planos Municipais de Saneamento Básico. 2014. 192 f. Tese (Doutorado) – Curso de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Apoio/Agradecimentos: